



Número: **0000550-83.2020.8.17.2640**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

Última distribuição : **12/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 20.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AMAURI SILVA MELO (AUTOR)	RICARDO EUSEBIO RIBEIRO DE ASSIS (ADVOGADO) MIRELE ALCIONE DE MELO TEIXEIRA RIBEIRO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57821 416	12/02/2020 10:06	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
57821 429	12/02/2020 10:06	<a href="#">Ação de Indenização DPVAT- AMAURI SILVA MELO X SEGURADORA LIDER</a>	Petição em PDF
57821 430	12/02/2020 10:06	<a href="#">01 Procuração</a>	Procuração
57821 431	12/02/2020 10:06	<a href="#">02 Justiça Gratuita</a>	Outros (Documento)
57823 133	12/02/2020 10:06	<a href="#">04 CNH</a>	Outros (Documento)
57823 134	12/02/2020 10:06	<a href="#">05 Comprovante de residencia</a>	Outros (Documento)
57823 135	12/02/2020 10:06	<a href="#">06 CRLV e Bilhete do DPVAT</a>	Outros (Documento)
57823 136	12/02/2020 10:06	<a href="#">07 Certidão de ocorrência BMPE</a>	Outros (Documento)
57823 137	12/02/2020 10:06	<a href="#">08 Fichas HR</a>	Outros (Documento)
57823 139	12/02/2020 10:06	<a href="#">09 Boletim de Acidente de Trânsito</a>	Outros (Documento)
57823 140	12/02/2020 10:06	<a href="#">10 Notas despesas com medicamentos</a>	Outros (Documento)
57823 143	12/02/2020 10:06	<a href="#">11 Ficha de atendimento HRDM</a>	Outros (Documento)
57823 144	12/02/2020 10:06	<a href="#">12 Receituários Médicos</a>	Outros (Documento)
57823 151	12/02/2020 10:06	<a href="#">13 Ficha de esclarecimentos lesões</a>	Outros (Documento)
57823 153	12/02/2020 10:06	<a href="#">14 Dedos amputados</a>	Outros (Documento)
57823 155	12/02/2020 10:06	<a href="#">15 Fotos lesão da perna</a>	Outros (Documento)
57823 157	12/02/2020 10:06	<a href="#">16 Fotos lesão do braço</a>	Outros (Documento)
57823 165	12/02/2020 10:06	<a href="#">17 Laudo</a>	Outros (Documento)

57825 217	12/02/2020 16:24	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
57892 697	13/02/2020 10:30	<a href="#">Juntada de laudo e declaração</a>	Petição
57898 493	13/02/2020 10:30	<a href="#">18 Laudo médico e fisioterápico</a>	Outros (Documento)
69689 249	19/10/2020 09:55	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Em anexo.



**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

---

1

**Excelentíssimo(a) Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Garanhuns (PE)**

**AMAURI SILVA MELO**, brasileiro, casado, desempregado, portador do RG: 8.553.321, SDS/PE, CPF: 097.365.624-76, residente na 1ª Travessa Monte Sinai, nº 150, Heliópolis, Garanhuns (PE), por seus procuradores infra-assinados, vem perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, CNPJ **09.248.608/0001-04**, com endereço na Rua Senador Dantas, 07, 5º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ) CEP:20.031-922, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1



## **I - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Requer os benefícios da justiça gratuita, por ser pobre na forma da Lei, não podendo arcar com as custas judiciais sem prejuízo do seu sustento e de seus familiares, prevista na Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, c/c a Lei Complementar 80/94 e art. 5, Inc. LXXIV da CF/88.

## **II - DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS**

Em 29.09.19, por volta de 11:00h, no Km 95,1, da BR 424 no município de Garanhuns (PE), a vítima (Autor) sofreu acidente de trânsito estando na condição de piloto de motocicleta, quando colidiu lateralmente em um automóvel que trafegava em sentido contrário numa curva na estrada interestadual (BR).

Após o acidente o autor desmaiou e foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional Dom Moura, onde foram constatadas múltiplas fraturas expostas no braço e perna esquerdos e foi realizada transfusão de sangue (hemácias), conforme ficha evolução de enfermagem em anexo.

Foi a polícia federal quem contatou o SAMU e realizou boletim de acidente de trânsito, protocolo sob nº 19053160B01, que esclarece todos os detalhes do acidente, boletim em anexo.

O demandante teve ferimentos por todo o corpo e foi submetido a cirurgia nas múltiplas fraturas expostas no braço e perna esquerdos e foi realizada transfusão de sangue (hemácias), relatório médico em anexo.

O autor ficou com as seguintes sequelas: Foram amputados dois dedos da mão esquerda; Está sem força no braço esquerdo e com limitação de movimento; Não consegue mais dobrar o joelho esquerdo, nem se locomover normalmente, as fraturas



da perna ainda não foram totalmente consolidadas. Isto, apesar de ter realizado várias cirurgias, imobilização, tratamento medicamentoso e fisioterapia há cerca de cinco meses! Laudo médico e fotografias em anexo.

O autor realizou o requerimento do seguro DPVAT administrativamente, porém foi indeferido. Até a presente data a mesma não obteve nenhum tipo de indenização da administradora do seguro DPVAT.

A exposição fática e o conjunto probatório carreados aos autos são fartamente claros e cristalinos, ensejando a aptidão desta exordial quanto á cobrança da indenização, de seu nexos causal, da caracterização do dano, bem como a legitimidade do requerente.

Ressaltando que as condições materiais do requerente são mínimas, pois está precisando da ajuda financeira e espera tal reparação para ajudar a custear seu sustento.

### **III - DO DIREITO**

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

Art. 2º - Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto - Lei nº 73, de 21 de novembro de 1996, a alínea "1" neste termos:

.....

"Art. 20...1 – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não".



---

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

Assim, resta claro que o requerente deverá ser indenizado pela seguradora, como medida de direito e justiça.

**Preceitua a Constituição Federal de 1988, em seu art.5º:**

...

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

**XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;**

Não há, portanto que se falar em exaurimento da instância administrativa para, a posteriori, recorrer à judicial. Diante disto, a falta de requerimentos na esfera administrativa não constitui óbice para pleitear na esfera judicial. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT.CARÊNCIA AÇÃO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. COMPLEMENTAÇÃO. I. O FATO DE O AUTOR NÃO SE UTILIZAR PREVIAMENTE DA VIA ADMINISTRATIVA PARA O RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT NÃO CONSTITUI OBICE PARA O PLEITO DO DIREITO NA ESFERA JUDICIAL.**



---

**II. Omissis. RECURSO IMPROVIDO. (TJ GO 3ª Câmara Cível,  
Dr. Fabiano A de A de Aragão Fernandes – DJ.15144 de  
13.12.2007).**

**Dispõe a Lei nº 6.194/74 e 8.441/92**

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de trinta dias da entrega dos seguintes documentos;

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte.

Instruída, portanto esta exordial, preenchidos os requisitos do art.282 e 283 do CPC, está, portanto vislumbrada a presença dos requisitos necessários para autorizar o pagamento da indenização do seguro DPVAT, é o que se requer e espera do Poder Judiciário, por ser medida da mais pura e cristalina Justiça.

O valor correspondente à indenização, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), sujeita-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na legislação específica de seguros privados, Lei nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 11.482/2007, o que desde já requer:





**§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).**

Vejamos o entendimento dos egrégios Tribunais:

**1A CAMARA CIVEL FONTE.....: DJ 543 de 22/03/2010  
ACÓRDÃO.....: 02/03/2010 LIVRO.....: (S/R)  
PROCESSO....: 200894419935 COMARCA.....: RIALMA**

**RELATOR.....: DES. LEOBINO VALENTE CHAVES  
REDATOR.....:  
RECURSO.....: 153996-7/188 - APELACAO CIVEL**

**EMENTA.....: APELACAO CIVEL. RECURSO ADESIVO. Acao de cobrança. DPVAT. Aplicação da Lei nº 11.482/07 para fixação da indenização. Sinistro ocorrido na vigência desta lei. Não aplicação de tabela de graduação de invalidez. Correção monetária. Termo a quo. Honorários advocatícios fixados de maneira razoável. I - O pagamento da indenização deve se dar de maneira razoável. I - O pagamento da indenização deve se dar no importe máximo fixado na lei de seguro obrigatório,**



7

**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

---

**INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DA INVALIDEZ, VEZ QUE  
AUSENTE PREVISAO LEGAL QUE CONFIRA PODER AS  
RESOLUCOES DO CNSP/SUSEP PARA DISPOR SOBRE O  
MONTANTE DA INDENIZACAO PORQUANTO NAO  
APLICAVEL A EPOCA DO SINISTRO A TABELA  
INTRODUZIDA PELA LEI 11.945/2009. II - A CORRECAO  
MONETARIA TEM COMO TERMO A QUO A DATA DA  
OCORRENCIA DO SINISTRO, SOB PENA DE RECEBER O  
CREDOR MENOS DO QUE TEM DIREITO, E TER O DEVEDOR  
INDEVIDA VANTAGEM. III - NAO MERECE REDUCAO A  
VERBA HONORARIA FIXADA EM 15% (QUINZE POR CENTO)  
DO VALOR DA CONDENACAO, EIS QUE EM  
CONFORMIDADE COM O ARTIGO 20, § 3º, ALINEAS 'A', 'B' E  
'C', DO CPC. APELACAO CONHECIDA E IMPROVIDA.  
RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO.**

**DECISÃO.....: ACORDAM OS COMPONENTES DA SEGUNDA  
TURMA JULGADORA DA PRIMEIRA CAMARA CIVEL DO  
EGREGIO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS,**

**A UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO APELO,  
NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO  
RELATOR.**

**PARTES.....: APELANTE: ITAU SEGUROS S/A  
APELADO: PEDRO CAETANO DA SILVA**

**5A CAMARA CIVEL FONTE.....: DJ 520 de 17/02/2010  
ACÓRDÃO.....: 28/01/2010 LIVRO.....: (S/R)  
PROCESSO....: 200895986280 COMARCA.....: RUBIATABA**



**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

8

---

**RELATOR.....: DES. ALAN S. DE SENA CONCEICAO**

**REDATOR.....:**

**RECURSO.....: 153151-4/188 - APELACAO CIVEL**

**EMENTA.....: APELACAO CIVEL. ACAO DE COBRANCA. SEGURO DPVAT. APLICACAO DO ART. 3. DA LEI N. 6.194/74. REVOGACAO. INOCORRENCIA. MORTE. QUANTUM INDENIZATORIO. ATRIBUICAO DO CNSP. I - DIANTE DA COMPROVACAO DO FALECIMENTO EM DECORRENCIA DE ACIDENTE DE TRANSITO E DEVIDA A INDENIZACAO SECURITARIA POSTULADA. II - CONSTITUI-SE ENTENDIMENTO PACIFICO DESTA CORTE, SEGUINDO PRECEDENTES DO STJ, QUE AS LEIS N. 6.205/75 E 6.423/77 NAO REVOGARAM O ART. 3. DA LEI N. 6.194/74, JA QUE ESTE APENAS UTILIZA O SALARIO MINIMO COMO FORMA DE QUANTIFICACAO DE UM VALOR INDENIZATORIO E**

**NAO COMO FATOR DE ATUALIZACAO DA MOEDA. III - NOS TERMOS DO ART. 12, DA LEI N. 6.194/74, REFOGE A COMPETENCIA DO CNSP ESTABELECEER OS VALORES A SEREM INDENIZADOS. RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO NEGADO.**

**DECISÃO.....: ACORDA O TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS, EM SESSAO PELOS INTEGRANTES DA PRIMEIRA TURMA JULGADORA DA QUINTA CAMARA CIVEL, A UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.**

**PARTES.....: APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A**

8



**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

9

---

**APELADO: MARIA ROSARIA DA SILVA E OUTRO**

**REF. LEG...:**

**REF. DOUT...:**

**5A CAMARA CIVEL FONTE.....: DJ 501 de 19/01/2010**

**Selecionar Imprimir**

**ACÓRDÃO.....: 17/12/2009 LIVRO.....: (S/R)**

**PROCESSO....: 200900920089 COMARCA.....: TRINDADE**

**RELATOR.....: DES. ABRAO RODRIGUES FARIA**

**REDATOR.....:**

**RECURSO.....: 72298-9/180 - AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**EMENTA.....: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ORDINARIA DE COBRANCA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. EMENDA A INICIAL. REQUERIMENTO COMPROVANDO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE PAGAMENTO JUNTO A SEGURADORA. DESNECESSIDADE. I - CARACTERIZA-SE COMO EXCESSIVA A EXIGENCIA INICIAL DE DOCUMENTO QUE NAO SE MOSTRA INDISPENSAVEL A PROPOSITURA DA ACAO. II - NAS ACOES DE DE COBRANCA SECURITARIA DPVAT, A EXIGENCIA DO JULGADOR PARA QUE PARTE EMENDE A INICIAL COM APRESENTACAO DE COMPROVANTE DE QUE INGRESSOU COM PEDIDO ADMINISTRATIVO JUNTO A SEGURADORA RE, BEM COMO A NEGATIVA DESTA EM PAGAR ADMINISTRATIVAMENTE O SEGURO, DOCUMENTOS ESTES DISPENSAVEIS A PROPOSITURA DA ACAO, EXTRAPOLA OS LIMITES DO MERO IMPULSO PROCESSUAL, TENDO EM VISTA QUE NADA OBSTA O INGRESSO EM JUIZO, NO INTUITO DE RECEBER INDENIZACAO SECURITARIA (DPVAT). SEM QUE**

9



**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

10

---

**ANTES TENHA HAVIDO PREVIO REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA, PORQUANTO A CONSTITUICAO FEDERAL, EM SEU ARTIGO 5., INCISO XXXV, COMTEMPLA O PRINCIPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDICAO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.**

**DECISÃO.....: ACORDA O TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS, EM SESSAO PELOS INTEGRANTES DA SEGUNDA TURMA JULGADORA DA QUINTA CAMARA CIVEL, A UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO AGRAVO E PROVE-LO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.**

**PARTES.....: AGRAVANTE: WESLEY TUBIAS PURCENO**

**AGRAVADO: BRADESCO SEGUROS S/A**

**REF. LEG...:**

**REF. DOUT...:**

#### **DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Diante da natureza do litígio declara o autor não ter interesse na audiência de conciliação

#### **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto requer:

10



**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

11

---

a) Os benefícios da Justiça Gratuita assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e Lei Federal 1060/50 tendo em vista que não pode arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio;

b) Condenação da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), devidamente corrigido desde a data do evento, bem como sua citação, no endereço preambular desta exordial, para oferecer resposta, sob pena de confissão e revelia;

c) Realização de perícia médica por *expert* nomeado por este M.M. Juízo, para constatação do grau de invalidez do autor;

d) Condenação da Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbências de 20% a serem arbitrados por este juízo;

Diante do exposto, requer a procedência da presente Ação de Indenização de Seguro Obrigatório DPVAT.

Provará o que for necessário, usando de todos os meios de prova em direito admitidas, em especial pela juntada de documentos e **oitiva de testemunhas** e perícia.

Dá-se à presente causa, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Garanhuns, 12 de fevereiro de 2020.

11



**RICARDO RIBEIRO**  
*Rua Capitão Pedro Rodrigues, 172, São José, Garanhuns(PE)*  
*Fones (87) 3761-2700 - 9998-9903*  
*e-mail: ricardoribeirox@hotmail.com*

---

12

Mirele Alcione de Melo Teixeira Ribeiro

*Ricardo Eusebio Ribeiro de Assis*

OAB(PE) 32.599-D

OAB(PE) 27.007-D

12

